

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



A FORÇA DAS IDEIAS NA LEGITIMAÇÃO DOS PROCESSOS DE ALIENAÇÃO DE MARX E DE DOMINAÇÃO DE WEBER: Pensando o trabalho na contemporaneidade.

Juliana Oliveira Araújo¹

Resumo:

O presente ensaio tem por objetivo esboçar os conceitos de alienação de Karl Marx e dominação de Max Weber apreendendo as ideias que os legitimam, sobretudo no campo do trabalho, fazendo uma leitura do mundo do trabalho contemporâneo. Não é interesse realizar aproximações ou comparações sobre esses processos, mas sim pensá-los como indispensáveis para o estudo das relações de trabalho na sociedade contemporânea. Ao refletir o mundo do trabalho contemporâneo percebe-se que os conceitos desses autores se atualizam e recebem novos olhares. As maneiras como esses processos se intensificam, levam a crer que as ideias continuam a movimentar o mundo social, não apenas no plano de abstração, mas no concreto, na realidade. Tratando das relações de trabalho contemporâneas abordara-se o conceito do sociólogo Giovanni Alves, “captura da subjetividade” do trabalhador, que se dá na produção de novas ideias no campo do trabalho para garantir o bom funcionamento do sistema. Assim como nos processos de alienação e dominação, essa operação de produção de consentimento ou unidade entre pensamento e ação na “captura” da subjetividade não se desenvolve sem processos de resistência e lutas cotidianas. Foi feita uma revisão bibliográfica sobre os conceitos discutidos, a partir de textos clássicos dos autores apontados.

Palavras-chave: Alienação, Dominação, Captura da Subjetividade

1 Introdução

No mundo simbólico as ideias são uma força que movimenta os processos sociais – sejam econômicos, políticos e culturais. As representações sociais – formas de conceber o mundo – são forjadas por essas ideias que se constroem ao longo da história. No entanto, pouco se questiona a origem dessas, que se apresentam como autônomas de qualquer base social.

¹ Mestranda em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE).
Email: araujojuliana26@yahoo.com.br



O trabalho aqui proposto pretende esboçar sobre os conceitos de alienação de Karl Marx e dominação de Max Weber, apreendendo as ideias que os legitimam, sobretudo no campo do trabalho. Não é interesse realizar aproximações ou comparações sobre esses processos, mas sim pensá-los como indispensáveis para o estudo das relações de trabalho na sociedade contemporânea.

Ambos os autores dialogam com a modernidade, mas centram seus estudos em objetos diferentes. Marx situa sua obra na crítica a economia política. Partindo dos pressupostos da economia clássica desenvolve um método de análise para encontrar a base material das relações sociais, criticando o pensamento dado e acabado dos economistas. Para o autor as ideias dominantes de uma determinada época são as ideias da classe dominante, que é a classe que detém o poder material e espiritual. A alienação “encobre” assim a base dessas ideias, que aparecem para os indivíduos como autônomas e desprovidas de interesses.

Weber por sua vez, centra sua análise nos processos de racionalização da sociedade moderna. A racionalidade é característica intrínseca da modernidade, e está presente no desenvolvimento do capitalismo. No entanto, o autor deixa claro que seu estudo não se limita ao campo econômico, o seu conceito de dominação, por exemplo, não está ligado somente a meios e fins econômicos, mas permeia as relações em outros campos. A dominação é legitimada pelas crenças, ideias que dão sentido a conduta dos indivíduos.

Refletindo sobre o mundo do trabalho contemporâneo, os conceitos dos autores se atualizam e recebem novos olhares. As maneiras como esses processos se intensificam, leva a crer que as ideias continuam a movimentar o mundo social, não apenas no plano de abstração, mas no concreto, na realidade. O sociólogo contemporâneo Giovanni Alves desenvolve o conceito de “captura da subjetividade” do trabalhador, que se dá na produção de novas ideias no campo do trabalho para garantir o bom funcionamento do sistema. Assim como nos processos de alienação e dominação, essa operação de produção de consentimento ou unidade entre pensamento e ação na “captura” da subjetividade não se desenvolve sem processos de resistência e lutas cotidianas.

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



O escrito que segue trará primeiramente as ideias de Marx para desenvolver o seu conceito de alienação. Em seguida se abordará o conceito de dominação de Weber, tentando situá-lo no campo do trabalho. E por fim, se desenvolverá a análise da “captura da subjetividade” – de Giovanni Alves – fazendo relações com os conceitos apresentados.

2 Alienação em Marx: o poder da ideologia

Os elementos que sustentam o pensamento de Karl Marx (1818/1883) têm base na sua construção da concepção materialista da história, esta se contrapõe ao idealismo e ao empirismo, no primeiro a realidade é fruto da atividade intelectual, já no segundo a realidade é narrada como se apresenta de imediato. O autor tem como ponto de partida a premissa da existência de indivíduos vivos, que na busca de satisfazer suas necessidades produzem meios de subsistência, mas essa produção não é um mero aspecto de reprodução física, interfere na produção de sua vida material.

O modo de vida dos indivíduos é produzido a partir das condições materiais presentes em determinada época, por exemplo, se os homens das cavernas comem carne crua, com o desenvolvimento dos meios de produção a carne será consumida de outra forma, e isso traz modificações no intercâmbio entre os homens. As necessidades não são apenas fisiológicas, mas simultaneamente sociais. Assim, o materialismo histórico de Marx está fundamentado nos seguintes pressupostos: a existência do homem como indivíduo real que busca satisfazer suas necessidades e assim produz através do trabalho os meios para viver; ao satisfazer suas necessidades vitais produz novas necessidades; e se reproduz nas suas relações com os outros homens, inicialmente essa reprodução se dá na família, mais tarde ocorre o aumento das necessidades sociais que cria novas relações sociais. Marx e Engels (2009) assinalam que:

Um determinado modo de produção, ou fase industrial, está sempre ligado a um modo da cooperação, ou fase social, e esse modo da cooperação é ele próprio uma “força produtiva”; e que a quantidade das forças produtivas acessíveis aos homens condiciona a situação da sociedade, e, portanto a “história da humanidade” tem que ser sempre estudada e tratada em conexão com a história da indústria e da troca (MARX; ENGELS, 2009, p. 43).

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



Nessa citação, Marx deixa claro sua concepção materialista da história, pois situa que as relações sociais desenvolvem-se dependendo das forças produtivas, da divisão do trabalho e do intercâmbio social. Na análise do autor, o indivíduo tem papel fundamental, é um ser ativo, sensível a realidade, que pode fazer sua história, mas não a faz como deseja, existem circunstâncias que se defrontam com suas escolhas. Nesse aspecto, Marx critica os ideólogos, pois ao pensarem que as ideias são autônomas, como se a realidade fosse resultado da atividade intelectual, não consideram os condicionalismos históricos para o desenvolvimento das relações sociais entre os homens.

A produção das ideias não pode ser desconectada da base material, elas não surgem na consciência como ato natural de idealização do homem, mas está entrelaçada a atividade material, ao intercâmbio dos homens, a linguagem da vida real. É a partir da consciência do homem, que é construída no meio no qual se vive², que é possível elaborar um saber que supere a exploração do homem pelo homem, a alienação do homem com sua atividade vital – o trabalho. Segundo Marx esse saber não pode ser construído sem o contato com a realidade concreta, diante disso o autor desenvolve elementos para “desconstruir” os fatos dados como imutáveis e naturais pela economia clássica.

A “história da humanidade” está ligada ao desenvolvimento das forças produtivas, seu menor ou maior grau vai incidir nas relações de intercâmbio social. Os diferentes momentos de desenvolvimento das forças produtivas são tantas outras formas diferentes de propriedade privada, “cada uma das fases da divisão do trabalho determina também as relações dos indivíduos entre si no que diz respeito ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho” (MARX; ENGELS, 2009, p. 26). Interessa aqui perceber como se dão as

² A célebre frase de Marx que diz “Não é a consciência que determina o meio, mas o meio que determina a consciência” embasa seu pensamento, pois o indivíduo é pensado como ser histórico dotado de consciência, que por sua vez é condicionada pelo meio material. Quando se utiliza a palavra determinação não se trata de um determinismo histórico, com leis naturais que predizem o desenvolvimento do capitalismo, mas como as “leis da economia capitalista expostas por Marx possuem um caráter histórico-dialético, ou seja, são leis históricas postas intrinsecamente como determinações tendenciais” (ALVES, 2011, p. 7).

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



relações sociais no estágio do capitalismo, onde a divisão do trabalho está em alto grau de desenvolvimento, assim como há o aumento da propriedade privada.

A imposição da divisão do trabalho, tal como acontece na sociedade moderna, torna o homem alienado da sua atividade; o trabalho é distribuído, cada homem tem seu círculo de atividade determinado do qual não pode sair. Recorre-se aqui à distinção feita por Marx (2010) entre trabalho concreto e trabalho abstrato. O primeiro produz valor de uso através do dispêndio de força humana de trabalho, tendo como fim suprir as necessidades do seu produtor; já no segundo, típico da sociedade capitalista, há o dispêndio de força humana produtiva, física ou intelectual, mas o caráter útil do trabalho perde o seu significado, pois no processo de troca os trabalhos são igualados entre si; o produto não pertence a seu produtor, mas ao capital.

É a partir da organização do trabalho na sociedade capitalista que se presencia o estranhamento/alienação do trabalhador. A exteriorização daquilo que se produz transforma o trabalho em auto sacrifício, “tão logo inexista coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste (MARX, 2010, p. 83). A coerção tratada por Marx para que o homem submetesse-se à exploração de sua força de trabalho não diz respeito apenas à força física, mas a formas de gestão e organização da produção, como estratégias de manter o desenvolvimento do capital.

O cerne da questão é que a economia clássica aponta a divisão do trabalho e a propriedade privada como resultados de uma lei absolutamente natural, como fenômenos acidentais. A disseminação dessas ideias apresenta-se como obstáculo para que o indivíduo se perceba como trabalhador explorado. O poder da ideologia está ancorado na tentativa de explicar os fenômenos pelo estado imaginário, deslocado da base material histórica, como se as representações pudessem preencher interesses materiais não se reconhecesse como tal.

No capitalismo existe a ideia de que o trabalhador tem a “escolha” de vender ou não sua força de trabalho, e ao ser pago com o salário o produto do seu trabalho não lhe pertence, mas sim a outrem, desconsiderando a relação imediata entre o trabalhador e a produção. A alienação, segundo Marx (2010) ocorre em três situações: a alienação do homem perante o

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



produto do seu trabalho, que lhe é exterior e passa a pertencer ao comprador de sua força de trabalho; a alienação com sua própria atividade, o trabalho deixa de ser um meio de satisfação de uma carência, para ser o meio único para satisfazer as necessidades fora do trabalho; e a alienação do homem com seu gênero, a produção é social, aquilo que se produz deveria ser repartido coletivamente, mas há propriedade privada, que é “produto, resultado, consequência necessária do trabalho exteriorizado, da relação externa do trabalhador com a natureza e consigo mesmo (idem, p. 80).

O processo de alienação é sustentado pelas ideias dominantes, que são produzidas e distribuídas como autônomas. A destituição dos meios de produção e a apropriação destes por uma classe, que o autor chama de classe dominante, aparecem como naturais, no entanto, essas ideias são carregadas de interesses que visam manter a dominação sobre a classe de trabalhadores, para Marx e Engels (2009):

Se lhe atribuirmos uma existência autônoma [as ideias], se nos limitarmos a que numa época dominaram estas e aquelas ideias, sem nos preocuparmos com as condições de produção e com os produtores dessas ideias, se, portanto, deixarmos de fora os indivíduos e as condições do mundo que estão na base das ideias, então poderemos dizer, por exemplo, que durante o tempo em que dominou a aristocracia dominaram os conceitos honra, lealdade etc., durante o domínio da burguesia dominaram os conceitos liberdade, igualdade etc. (MARX; ENGELS, 2009, p. 68).

É através de sua concepção materialista da história que o autor acredita ser possível a superação da alienação. O homem ao defronta-se com as ideias deve pensá-las conectadas a base material, ao jogo de interesses, somente assim poderá ter consciência de sua condição de dominado, já que a exploração aparece de imediato como algo que independe dos homens, legitimando-se através da ideias dominantes. Essas ideias têm papel fundamental na legitimação de outro processo – a dominação. Se Marx preocupou-se em estudar a relações de produção e a partir disso desenvolveu seus conceitos de classe, propriedade privada, divisão do trabalho, alienação – situando seus estudos no campo da economia; Weber não centrou sua análise apenas na economia, a dominação não é visualizada apenas no campo econômico, mas perpassa outros campos sociais.

3 Dominação em Weber: o campo do trabalho

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



Primeiramente pode-se apontar que Weber (1864/1920) é o autor que enfatiza as ideias como forças efetivas ao longo da história, são elas que movem as condutas dos homens. Em a “Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, Weber aponta como as ideias cooperam para o desenvolvimento do capitalismo. Ao contrário de Marx, que associa o capitalismo ao desenvolvimento da sociedade burguesa, Weber considera que o capitalismo já existia em outros cantos do mundo, mas no Ocidente ele se desenvolveu com outras características, em que a principal delas é a racionalidade.

O capitalismo ocidental apresentou uma forma diferente das já conhecidas – a organização capitalística racional do trabalho livre, junto a isso a organização industrial racional, que se voltou para um mercado racional e regular e não para oportunidades especulativas; a organização das empresas capitalistas foi possível pela separação dos negócios de moradia da família, o que domina a vida econômica; e a contabilidade racional (WEBER, 2001).

É com a existência do trabalho livre que se desenvolverá um conjunto de normas e regras para administrá-lo, e para que o quadro de pessoas as consinta é necessário ideias que legitimem a dominação. Weber (2001) observa que quando os tipos de conduta necessários para o desenvolvimento do capitalismo ocidental foram obstruídos por forças religiosas tradicionais, que tiveram no tempo importante influência na formação de condutas, logo se construiu um novo *ethos* religioso, no qual o trabalho seria o meio de salvação. No certo momento as ideias religiosas não vão mais influenciar a vida econômica, isso porque se desenvolve um arcabouço ideológico que permeia as outras esferas da vida na sociedade moderna:

A economia capitalista moderna é um imenso cosmos no qual o indivíduo, como ordem de coisas inalterável, na qual ele tem que viver. Ela força o indivíduo, na medida em que ele esteja envolvido no sistema de relações de mercado, a se conformar às regras de comportamento capitalista (WEBER, 2001, p. 52).

Regras são um meio de dominação, pois o indivíduo obedece-as sem, no entanto questioná-las. A obediência, segundo Weber (2014), ocorre em uma ação que o conteúdo da ordem é substancial, ao ponto do homem executá-la sem considerar sua própria opinião sobre o valor ou desvalor dessa ordem. Na economia são fundamentais as estruturas racionais das

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



leis e da administração, pois o capitalismo ocidental necessita de uma administração baseada em regras formais, “na vida cotidiana dominação é, em primeiro lugar, administração” (idem, p. 144).

Em sua análise sobre os tipos puros de dominação, Weber (2014) aponta que o tipo tradicional impede o desenvolvimento do capitalismo, pois se sustenta em ideias tradicionais de santidade de ordens e poderes senhoriais tradicionais. O quadro administrativo – ou quadro pessoal que é fundamental na relação de dominação, pois a ele são dirigidas as ordens – é formado nesse tipo de dominação por “servidores” pessoais, e é decisiva a fidelidade pessoal de servidor. As relações entre dominante e dominado são permeadas pelo patriarcado, e a provisão de necessidades se dá mediante prestações de serviços pessoais, dificultando o desenvolvimento do mercado, essencial no capitalismo.

A dominação que legitima o capitalismo ocidental, pensando no seu tipo puro, é a dominação legal/racional, por possuir um caráter de impessoalidade. No campo do trabalho, pode-se dizer que é ela que caracteriza as normas e técnicas a serem cumpridas pelos funcionários, que são obedecidas não pela figura do senhor, mas por ordens impessoais. Weber (2014) assinala que as categorias fundamentais da dominação racional são:

Um exercício contínuo, vinculado a determinadas regras, de funções oficiais dentro de uma determinada competência, o que significa um âmbito objetivamente limitado, em virtude da distribuição dos serviços, serviços obrigatórios, com atribuição de poderes de mando eventualmente requeridos e limitação fixa dos meios coercitivos eventualmente admissíveis (WEBER, 2014, p. 142).

Pensando no mundo do trabalho, a dominação racional está presente nas organizações das empresas capitalistas, onde há hierarquia, burocracia e autoridade institucional. O quadro administrativo é formado por “pessoas livres”, que obedecem somente as obrigações objetivas do seu cargo; cargo esse que é instituído por meio de seleção e que suas funções devem ser estabelecidas em contrato³. Os funcionários estão submetidos a um sistema rigoroso e homogêneo de disciplina e controle do serviço.

³ O contrato de trabalho, legislado por regras judiciais, não anula a dominação, ela continua a existir, como bem assinala Weber (2014, p. 140): “o conceito de relação de dominação não exclui a possibilidade de esta ter surgido em virtude de um contrato formalmente livre: assim, a dominação do patrão sobre o trabalhador, que se manifesta nos regulamentos e instruções de trabalho”.

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



Mas o que leva os funcionários a consentirem esse sistema rigoroso de controle de sua atividade? Weber (2014) aponta que na relação de dominação, a submissão pode ocorrer de maneira inconsciente ou racional, e que os motivos para a obediência podem variar na sua natureza: puramente materiais e racionais referentes a fins e afetivos ou racionais referentes a valores. Além desses elementos, para que exista dominação deve existir participação, que é alcançada pela crença na legitimidade. Se o funcionário acredita nas ideias que organizam o trabalho, ele as obedecerá pelos mais variados motivos, que estão ligados as representações de mundo desse indivíduo.

Apesar de a dominação racional parecer tão evidente no campo do trabalho, isso não anula a existência, o entrelaçamento dos outros tipos puros de dominação nas relações de trabalho. Percebe-se isso nas formas de organização do trabalho doméstico; nas redes de trabalho em domicílio, onde o quadro de funcionários é formado por pessoas da família; e a própria empresa capitalista, em que se pode observar o reconhecimento da autoridade pelo carisma ou prestígio do dominador.

A dominação de Weber (2014) não é exclusiva do campo econômico, perpassa outras esferas da vida cotidiana, mas sem dúvidas o conceito é peça chave para analisar as relações de trabalho no capitalismo contemporâneo, onde as formas de gestão e organização dos espaços de trabalho são produzidas por novas ideias de participação e envolvimento do trabalhador, legitimando a dominação entre patrão e funcionário.

4 As relações de trabalho contemporâneas: dominação e alienação

No mundo do trabalho contemporâneo as relações se diversificam, as formas de contratações estáveis são substituídas por contratos cada vez mais flexíveis. Em análise sobre esse campo, Alves (2013) assinala que há uma “nova morfologia social do trabalho”, que tende a conformar o sujeito que trabalha, e é caracterizada pela dissolução dos coletivos, “captura da subjetividade” e redução do trabalho vivo à força de trabalho como mercadoria. Pode-se conceber que esse processo tem relação com as ideias que dominam o tempo presente no campo do trabalho.

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



A dissolução dos coletivos significa a vigência de uma ideologia do individualismo, na qual são desvalorizadas as “práticas coletivistas e os ideais de solidarismo coletivo nos quais se baseavam os sindicatos e os partidos dos trabalhadores e disseminam-se na cultura cotidiana [...], os ideais de bem-estar individual” (ALVES, 2013, p. 97). O homem em suas relações não se reconhece no outro, ocorrendo o que Marx (2010) conceitua de alienação do ser genérico, já explicitado acima.

Essas mudanças no campo econômico não estão desconectadas do campo político e cultural. Se há a partir da década de 1970 um processo conceituado de “reestruturação produtiva”, que tem como momento predominante o toyotismo, no campo político tem-se concomitantemente a influência das ideias neoliberais, com tradução nos processos de privatização e desregulamentação dos direitos trabalhistas, que incidem sob as novas formas de gestão da força de trabalho.

De acordo com Alves (2005), o “complexo de reestruturação produtiva” traz impactos estruturais para o mundo do trabalho, tanto no aspecto objetivo, com a precarização das condições de salário e emprego; como na dimensão subjetiva, da consciência de classe. Para o autor, o “complexo de reestruturação produtiva” não se resume à dimensão tecnológica, com a introdução no campo produtivo da robótica e da automação microeletrônica. É a dimensão organizacional da produção que demonstra uma nova racionalização do trabalho, na qual o principal objetivo é a “captura da subjetividade” do trabalhador.

Essa “captura da subjetividade” ocorre em meio a reconstituição das relações de trabalho, em que o “espírito do toyotismo” (ALVES, 2013) funciona como base para nova forma de gestão e organização do trabalho, e influencia na conduta dos sujeitos que trabalham. Weber (2001) em seus estudos já havia sinalizado que o capitalismo veio para dominar a vida econômica, e educar e selecionar os sujeitos de que precisa. Os indivíduos devem-se submeter às regras instituídas no campo do trabalho, sem questionamentos, numa relação de dominação.

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



No entanto, Alves (2013) assinala que a “captura da subjetividade” não se desenvolve de modo perene, com assimilação sempre consentida das ideias de dominação, mas há resistência de lutas, assim como nos processos de alienação – através da construção da consciência coletiva –, e na dominação – com o confronto entre dominados e dominadores. Conforme assinala o autor:

O processo de “captura da subjetividade” do trabalho vivo é um processo intrinsecamente contraditório e densamente complexo, que articula mecanismos de coerção/consentimento e de manipulação não apenas no local de trabalho, por meio da administração pelo “olhar”, mas nas instâncias sócio-reprodutivas, com plethora de valores-fetiches e emulação pelo medo que mobiliza as instâncias da pré-consciência/inconsciência do psiquismo humano (ALVES, 2013, p. 99).

No que se referem às novas ideias que objetivam “alienar” e “dominar” os sujeitos no campo do trabalho, estão a constituição de equipes de trabalho, a adoção da remuneração flexível e a instauração de metas de trabalho, e, sobretudo o uso do termo “colaborador” para ocultar as relações de poder entre patrão e trabalhador. Em uma afirmação pouca aprofundada, pode-se assinalar que na alienação o sujeito está inconsciente do processo de exploração, e que as ideias de manipulação são consentidas mais rapidamente, pois nela o trabalhador não se reconhece em sua atividade; já na dominação, que pode ser inconsciente ou racional, o indivíduo pode simular a apreensão dessas ideias pelos mais variados motivos, e mesmo assim continuar em uma relação de dominação.

O crescente desemprego, que exclui milhares de trabalhadores, faz com que as pessoas se submetam a condições precárias de trabalho, muitas vezes por não terem outra opção. É o que Alves (2013) chama de produção simbólica do medo, a situação do mercado de trabalho atual é uma barbárie social, de “desefetivação do homem como ser genérico”. As novas determinações nas relações de trabalho afetam a relação tempo de vida/tempo de trabalho, hoje os indivíduos estão à disposição da dinâmica laboral, exemplo disso são os bancos de horas, que flexibiliza a jornada de trabalho, colocando o empregado como “homem inteiro”. Inteiro para o trabalho, que perde o sentido de meio de satisfação das necessidades humanas no capitalismo; e quase nulo para vida humana.

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



O que se presencia é a intensificação de processos de alienação e dominação, em novas roupagens, e que afetam o psíquico do indivíduo, ao instituir ideias para manipulação e consentimento dos trabalhadores. Como Weber e Marx bem indicaram, as ideias continuam tendo poder nas relações sociais e nas condutas dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. Giovanni. Crise de valorização e desmedida do capital: Breve ensaio sobre a natureza da crise estrutural do capital. In: CAMARGO, José Marangoni; CORSI, Francisco Luiz; VIEIRA, Rosângela de Lima (orgs.). Crise do capitalismo: Questões internacionais e nacionais. Marília: Oficina Universitária, 2011, p. 7-30.

_____. Giovanni. Dimensões da Precarização do Trabalho: Ensaio de sociologia do trabalho. São Paulo: Projeto Editorial Praxis, 2013.

MARX, Karl. Manuscritos Econômico- Filosóficos. 5. ed. São Paulo: Boitempo Editorial. 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. Tradução Álvaro Pina. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Vol. 1. Tradução Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 4 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

_____. Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. Tradução Editora Martin Claret. São Paulo: Martin Claret, 2001.